



História Unicap
ISSN 2359-2370

Coexistence with dry and public policies
in the Northeast Brazilian

Maria Jorge dos Santos Leite*

maria.leite@upe.br

Franciel Coelho Luz de Amorim**

franciellupe@gmail.com

Resumo:

Este trabalho estuda o fenômeno da seca no Nordeste, identificando os órgãos e políticas do Estado, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e analisa suas ações no combate aos efeitos da seca durante as décadas de 1960 e 1990. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. Foi realizada a partir de consultas a documentos como jornais e revista e estudo da literatura relativa ao tema da pesquisa. Como resultado, identificamos a longevidade da convivência dos sertanejos com a seca e a tardia intervenção estatal na solução dos problemas decorrentes dela. Quanto à análise temporal, concluímos que o Estado, por meio de seus órgãos e políticas, são historicamente patrimonialistas, o que dificulta a solução dos problemas do Nordeste e favorece o surgimento de práticas corruptas.

Palavras-chave:

Seca; Estado; Políticas públicas.

Abstract:

This work studies the drought phenomenon in the Northeast, identifying the organs and policies of the State, such as the National Department of Works Against Drought (DNOCS) and the Northeast Development Superintendence (SUDENE) and analyzes their actions in the fight the effects of drought during the 1960s and 1990s. This is a bibliographic, qualitative and descriptive study. It was carried out through consultations with documents such as newspapers and magazines, and a study of the literature related to the research topic. As a result, we identified the longevity of the sertanejos' coexistence with the drought and the late state intervention in solving the problems resulting from it. As for the temporal analysis, we conclude that the State, through its organs and policies, is historically patrimonial, which makes it difficult to solve the problems of the Northeast and favors the appearance of corrupt practices.

Keywords:

Drought; State; Public policies.

*Doutora em Educação pela UFC, Mestre em Sociologia pela UFC e Licenciada em História pela URCA. Atualmente é Professora Ajunta da Universidade de Pernambuco.

**Mestre em Educação, graduado em História e Pedagogia pela UPE. Atualmente é Professor da Rede Estadual da Bahia e da Rede Municipal de Petrolina – PE.

Introdução

O Nordeste brasileiro compreende uma área de aproximadamente 1.556.001 Km². Nesse espaço territorial, vivem cerca de 53.081.950 pessoas, o correspondente a 27,82% da população brasileira¹. A sub-região do sertão ocupa quase metade de toda essa área e, embora a seca não se restrinja apenas ao sertão, é nessa faixa territorial onde ocorrem as menores precipitações pluviométricas, ocasionando a destruição de atividades econômicas, como a agricultura de subsistência e a pequena pecuária. Mas essa não é toda a realidade, para além das secas existe:

uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva. Por isso, o que me interessa aqui não é este Nordeste “real”, ou questionar a correspondência entre representação e realidade, mas sim, a produção desta constelação de regularidades práticas e discursivas que institui, faz ver e possibilita dizer esta região até hoje. Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um *topos*, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 129).

O reconhecimento dessa multiplicidade de realidades possibilitou a desconstrução da ideia de “Norte” que prevaleceu até o início do século XX e a busca por uma identidade enquanto Nordeste. A gênese desse movimento é constituída por uma infinidade de textos, falas e narrativas das quais participaram intelectuais como Josué de Castro, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Ariano Suassuna, Manoel Correia de Andrade etc. No rastro desses autores, muitos outros buscam conceituar a região na mesma perspectiva.

Ao falarmos de Nordeste, não falamos apenas de um ponto no mapa, entre o norte e o leste, mas fazemos referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram um espaço como culturalmente peculiar. Nordeste é um conceito e, como todo conceito, não é inocente. Trata-se de uma construção histórica. Assim, é sempre preciso retornar a essa definição básica, e tentar refazer o percurso de configuração desse conteúdo e de seus conflitos e diferenças, destacando alguns pontos de referência (NEVES, 2012, p.7).

O autor destaca a posição de alguns cientistas sociais ao afirmarem que o Nordeste existe independente de sua história, podendo-se falar sobre ele sem recorrer aos seus aspectos sociais e culturais. Essa postura em muito contribuiu para a perpetuação de identidades míticas e legitimação da diferença, mas hoje estudiosos sinalizam para a possibilidade de marcarmos significativas diferenças diante dessas posturas ligadas ao conservadorismo político e ao tradicionalismo teórico, é o que fizeram, ou têm feito, os pesquisadores acima. Comungam da ideia de que o Nordeste é uma invenção do século XX, que se objetiva nas novas configurações territoriais articuladas a partir da Proclamação da República,

como novos fluxos migratórios, novos movimentos intelectuais e novas redes econômicas, associam-se neste momento para fornecer elementos à percepção de uma área em decadência – o Nordeste – que se contrapõe a uma área em franca e vertiginosa ascensão – São Paulo ou, de maneira geral, o sudeste. Esse processo pode ser compreendido como uma nova configuração na divisão social do trabalho que tem como momentos marcantes o fim da Monarquia e a Revolução de 30; ou como uma transformação no papel do Estado no estímulo às atividades econômicas (NEVES, 2012, p.7).

¹ IBGE (2010). <http://www.ibge.gov.br/home/> acessado em 30 de maio de 2020.

A partir dessas configurações, a problemática da seca ganha espaço no debate político brasileiro e o Estado sinaliza com a criação de órgãos e políticas de intervenção. Essas políticas foram historicamente marcadas pela centralização e fragmentação das ações. Os primeiros órgãos criados com o objetivo de combater a seca datam do início do século XX, mas foram transformando-se ao longo dos tempos em objeto de disputas políticas entre os diversos segmentos das elites nordestinas.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) – atualmente denominada Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) – fundada em 1909, foi o primeiro órgão criado com o objetivo de elaborar e desenvolver um plano de combate aos efeitos da estiagem. Em 1959 surgiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em resposta às demandas rurais por políticas agrárias que visassem não somente a combater os efeitos das secas, de caráter efêmero, mas que promovessem certo desenvolvimento econômico permanente no Nordeste.

No presente trabalho, abordamos a problemática da seca no Nordeste brasileiro numa perspectiva histórico-crítica, revisitando as políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e sua eficácia no combate aos efeitos da estiagem, nas décadas 1980 e 1990. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva inspirada em obras da literatura histórica que abordam temas como a “invenção do Nordeste”, a seca, órgãos e políticas de combate à estiagem, bem como documentos como jornais e revistas que publicaram sobre a temática.

A seca no Nordeste: um pouco de história

A seca no sertão nordestino é uma realidade tão antiga que se torna impossível afirmar com precisão a partir de quando esse fenômeno se manifesta nessa região. O cronista jesuíta Fernão Cardim foi o primeiro a descrever mais detalhadamente os efeitos de uma seca ocorrida no século XVI que atingiu até o litoral de Pernambuco, no ano de 1583. Essa teria sido uma seca tão intensa que naquele ano,

os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorreram-se aos brancos 4 ou 5 mil índios. (VILLA, 2001, pp. 17-18).

Durante todo o século XVI, a ocupação portuguesa no Brasil ficou restrita ao litoral. O sertão nordestino só começou ser ocupado a partir de meados do século XVII. Sobre esse empreendimento colonial, Capistrano de Abreu (1976), narrou às dificuldades de sobrevivência na região:

os primeiros ocupadores do sertão passaram a vida bem apertada; não eram donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, o único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, mas pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo daqueles distritos estranhos ao uso do manójo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. (ABREU, 1976, pp.126-127).

Se as primeiras pessoas a habitarem o sertão nordestino sofreram muitas privações ocasionadas pela seca na região, as populações que ali se desenvolveram não tiveram diferente sorte. Mesmo depois de experimentarem o cultivo de diversos gêneros alimentícios e descobrirem os mais adaptáveis ao clima sertanejo, a fome tornou-se inevitável nos longos períodos de estiagem.

No sertão nordestino as secas são frequentes, previsíveis e obedecem a um ciclo mais ou menos regular.

Ao longo da história, foram registradas várias grandes secas. A maior de todas, em 1877-79, dizimou metade da população e quase todo o rebanho bovino. Antes disso, outras grandes secas registradas causaram grandes impactos, coincidindo com o aumento da densidade de ocupação dos colonizadores no interior nordestino. Depois de 1877, outras grandes secas se seguiram: 1900, 1915, 1919, 1932, 1958, 1979-83, 1987, 1990, 1992-93, 1997-98, 2002-03, 2010-1015, para citar as principais. (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, 2016).

Na história das secas, as mais letais foram registradas na década de 1770. Estima-se que cerca 500.000 nordestinos tenham morrido de sede, fome e desnutrição. A tragédia não vitimou apenas os humanos, mas também a pecuária foi severamente atingida. Segundo Pompeu Sobrinho (1982), o rebanho bovino cearense foi reduzido a menos de um oitavo. Situação análoga ocorreu no sertão de outras capitânicas do Nordeste que perderam o controle do mercado consumidor de carne para os criadores do Rio Grande do Sul. Diante de tanta destruição, as províncias nordestinas empenharam todos os seus esforços para evitar que suas fazendas e engenhos fossem extintos.

Nas décadas seguintes, o fenômeno se repetiu. No triênio 1791, 1792 e 1793 ocorreu aquela que os historiadores consideram a mais destrutiva de todas as secas do século XVIII, “atingindo Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e até o Piauí²” (VILLA, 2001, p. 20). É abundante a literatura sobre o fenômeno da seca, notadamente na província do Ceará, que fazem referências às situações de destruição e sofrimento vividos pelas pessoas.

Os raios do sol, caindo verticalmente sobre a terra, aqueciam as rochas e os vegetais mortos. O calor emitido por aqueles focos era à sombra, de 38º centígrados. Os homens e os rebanhos erravam à toa naquela natureza tocada de morte, procurando a vida. As searas não tinham criado um grão para os celeiros. (TEÓFILO, 2011, p. 20).

Situações semelhantes ocorreram em outras capitânicas. No Rio Grande do Norte, famílias em farrapos andavam léguas rumo ao litoral em busca de um pouco de água para beber e alguma coisa que pudessem comer, enquanto as que permaneceram no sertão tentavam sobreviver alimentando-se de raízes, insetos e couros de animais mortos de fome. Em Pernambuco, a seca e seus efeitos, acrescida de uma epidemia de bexiga, dizimaram mais da metade da população. (VILLA, 2001).

O século XIX viveu períodos alternados de chuvas e de secas. Essas manifestaram-se, principalmente, nas últimas décadas. Na Corte Imperial, no Rio de Janeiro, o último quartel desse século fora marcado pelo Movimento

² Dos estados nordestinos, apenas o Maranhão, devido sua aproximação geográfica com a região norte do Brasil, onde as precipitações pluviométricas são frequentes, não está incluído no circuito das secas.

Republicano e pelas lutas em favor da abolição dos escravos momento em que o Parlamento brasileiro também começou a discutir a problemática da seca no Nordeste.

Em abril de 1877, chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras notícias sobre uma grande seca que assolava o Nordeste, provocando mazelas principalmente no Ceará. Na ocasião, o deputado cearense José de Alencar, do Partido Conservador, ocupou a Tribuna para afirmar que a seca no Ceará ainda não se encontrava em forma de calamidade, e que aquela notícia não passava de exageros da oposição. No entanto, à medida que o tempo passava, os efeitos da seca mostravam-se mais visíveis. Os jornais da época assim descreveram os sertões do Ceará:

Aspecto sombrio de vasto cemitério. Tudo deserto e silencioso, as casas abandonadas servindo de morada às aves e às feras que aí vão procurar abrigo aos ardores de um sol de fogo. As estradas estavam intransitáveis, não somente pela falta absoluta de água, como pela quantidade incalculável de cadáveres de animais em putrefação, que exalam fétido insuportável. (JORNAL O CEARENSE, 1877 *apud* VILLA, 2001, pp. 48-49).

A seca de 1877 seguiu fazendo vítimas por todo o Nordeste. Em Alagoas, retirantes esqueléticos e seminus perambulavam pelas estradas; na Paraíba, a população faminta começou a migrar em massa para o litoral; na Bahia, a fome levou o povo a realizar saques para alimentar-se; em Recife, sede da capitania mais rica do Nordeste, campanhas foram realizadas para socorrer as vítimas da fome no interior. Essa seca estendeu-se até 1879 provocando flagelo e morte dos nordestinos (VILLA, 2001). Narra à história que diante da tragédia, o imperador D. Pedro II teria jurado vender até a última joia da coroa para que nenhum cearense morresse de fome. (STUDART, 1909). Certamente não o fez.

O século XX iniciou-se sob o impacto das “novidades” da República. O novo sistema consolidou no Nordeste, assim como em outras regiões, as oligarquias agrárias. Nos Estados, os coronéis garantiram seus interesses familiares através das constituições estaduais e do uso da máquina estatal. Famílias oligárquicas, como a Rosa e Silva, em Pernambuco e a Aciolly, no Ceará, permaneceram por anos no poder. Nesse cenário, além de sofrerem com a seca, os nordestinos do sertão foram submetidos à dominação econômica, por meio da exploração do trabalho dos camponeses sem terra pelos latifundiários; e dominação política, pelo sistema do “voto de cabresto”, que obrigava-os a votar em quem os “coronéis”, proprietários de terras, determinassem.

Surgiram, nesse contexto, os primeiros órgãos estatais destinados a elaborar e desenvolver políticas de combate à seca. Em 1909, houve a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). O comando do órgão foi entregue às oligarquias que passaram a utilizá-lo para empregar os parentes e “trocar” as ações governamentais por votos nas eleições locais e gerais.

A primeira grande seca do século XX ocorreu no ano de 1915 e, apesar da IOCS já existir há seis anos, pouco ou nada tinha feito para prevenir o Nordeste contra os efeitos da estiagem. A principal justificativa era a falta de recursos. A ausência de chuvas devastou a economia da região, levando a população, mais uma vez, ao sofrimento, enquanto o Governo não esboçou nenhuma ação no enfrentamento ao problema. Em 1920, a IOCS transformou-se em

Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). A mudança, no entanto, não reverteu-se em melhoria dos serviços prestados pelo órgão.

Em 1932, mais um ano de seca. “No Ceará, as cenas descritas nos jornais revelaram a extensão do flagelo. Na estrada de Lavras a Cajazeiras, um agricultor encontrou uma rede armada à margem da estrada com duas crianças agonizantes abandonadas pelos pais.” (VILLA, 2001, p.146). A seca atingiu cerca de três milhões de pessoas, enquanto as obras desenvolvidas pela IFOCS empregou apenas uma quantidade mínima desses trabalhadores. Com medo da fome, a população começou a migrar para a Amazônia e Sul do país.

No ano de 1945, a IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). “Controlado pela oligarquia cearense, ficou conhecida como exemplo mais acabado do uso privado dos recursos públicos.” (VILLA, 2001, p.167). As obras que realizava visavam mais aos interesses pessoais e eleitoreiros da elite oligárquica, que a resolução dos problemas dos sertanejos.

Assim, a primeira metade do século XX assistiu à criação das instituições republicanas, a consolidação do republicanismo como sistema de governo, mas não viu surgir ações políticas eficazes na amenização do sofrimento do povo nordestino atingido pela seca. Ao contrário, a miséria do povo passou a ser usada como moeda de troca por favores políticos. As ações, fossem elas em forma de obras nas quais os sertanejos trabalhavam, ou distribuição de gêneros alimentícios às vítimas da seca, deveriam ser retribuídas com a fidelidade política dos beneficiados.

Decepcionados com o poder público, os sertanejos passaram a entender que o melhor combate à seca são mesmo os anos chuvosos. Dessa forma, os anos de “inverno”³ são sempre muito esperados no sertão, pois a chuva no imaginário popular do Nordeste contém uma certa “magia”, e relaciona-se à abundância, farturas e alegrias. A literatura, a arte e a música nordestinas são, muitas vezes, inspiradas nos fenômenos climáticos da região. O cantor e compositor Luiz Gonzaga e seus parceiros utilizaram-se muito da chuva como fonte de inspiração.

Música: A volta da Asa Branca

Já faz três noites
Que pro norte relampeia
A asa branca
Ouvindo o ronco do trovão
Já bateu asas
E voltou pro meu sertão
Ai, ai eu vou me embora
Vou cuidar da prantação
(Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1947).

Trata-se de um canto de alegria, proporcionando pelo retorno da chuva e a possibilidade que se ver brotar o verde da fartura no sertão. Enquanto a chegada da chuva se relaciona à alegria, a retorno e reencontro, a seca está relacionada à tristeza, partida, separação e saudade.

³ O termo “inverno” para os sertanejos do Nordeste corresponde ao período de chuvas no sertão.

Música: A Triste Partida

Setembro passou
 Outubro e Novembro
 Já tamo em Dezembro
 Meu Deus, que é de nós,
 Meu Deus, meu Deus
 Assim fala o pobre
 Do seco Nordeste
 Com medo da peste
 Da fome feroz
 Ai, ai, ai, ai
 [...]

 Agora pensando
 Ele segue outra tria
 Chamando a famia
 Começa a dizer
 Meu Deus, meu Deus
 Eu vendo meu burro
 Meu jegue e o cavalo
 Nós vamos a São Paulo
 Viver ou morrer
 Ai, ai, ai, ai.
 (Patativa do Assaré, 1964).

A composição do poeta popular cearense immortalizou-se na voz do “Rei do Baião”. A música tornou-se emblemática por simbolizar uma realidade vivida pelos nordestinos no movimento de migração para outras regiões durante os períodos de longa estiagem. Esse movimento, na verdade, foi sempre uma fuga, fugiam da seca, pois temiam a sua principal consequência, a fome.

No ano de 1958, mais uma seca assolou o Nordeste, afetando uma área de 500 mil quilômetros quadrados, vitimando cerca de onze milhões de pessoas. A pecuária foi o setor mais afetado, enquanto a produção de algodão foi reduzida em mais de 50%. Por sua vez, os gêneros alimentícios como a mandioca, o feijão e o milho tiveram perdas quase totais. Metade da população da área flagelada estava reduzida à indigência, fazendo-se necessário elevar a produtividade do semiárido, aumentando sua capacidade de resistir à seca. (VILLA, 2001).

No contexto pós-seca de 1958, os movimentos sociais, os debates públicos e as lutas camponesas levaram o Estado brasileiro a instituição de mais um órgão, a SUDENE. Este, junto aos já existentes, foram os principais sujeitos responsáveis pelas políticas de combate à seca nas décadas subseqüentes.

Seca, fome, órgãos e políticas públicas

Apesar das secas no Nordeste constituírem um fenômeno muito antigo, os órgãos e políticas de enfrentamento ao problema se desenvolveram de forma lenta e tardia. Numa rápida retrospectiva histórica, constatamos que, entre 1859 a 1861, uma Comissão Científica de Exploração, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esteve no Ceará realizando pesquisas em áreas como Botânica, Geologia, Mineralogia e outras. O resultado desse estudo fora transformado em textos sobre o território e passou a fazer parte do acervo do Museu Histórico Nacional. Consta que um dos principais objetivos da vinda da Comissão era a possibilidade de encontrar metais preciosos nas terras cearenses,

mas seria também um estudo sobre o clima, com possibilidade de repercutir fortemente os problemas da seca. No entanto,

Contam (e provam cientificamente) que durante os anos em que a Comissão Científica de Exploração esteve por aqui, de 1859 a 1861, o Ceará não enfrentou grandes problemas com falta de chuva. Ao contrário foram anos bastante regulares, o que pode ter dificultado maiores diagnósticos por parte da Comissão, que se limitou a praticamente repetir aquilo que já havia sido proferido por estudiosos e intelectuais que conheciam o fenômeno pelo estatuto da natividade. (CAPANEMA, 2006, p. 9).

O relatório da Comissão não acrescentou novidades aos estudos sobre a seca. Entretanto, o governo central, há tempos, já vinha sendo solicitado a intervir nos problemas causados pela seca. A esse respeito, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, assim relatou: “Dessa vez o governo foi solicitado”. Contudo, acrescenta o autor [...] “o governo geral só em fins de 1826, ou já em 1827, quando o mal passava, mandou alguma farinha para o Ceará, que não aproveitou.” (CAPANEMA, 2006, p. 13).

Apesar dos problemas causados pela seca constituírem-se em objeto de denúncia desde meados do século XIX, como mostram os documentos, somente no final deste século, quando o tema ganhou força através da imprensa e dos discursos parlamentares, começaram a surgir as primeiras ações governamentais. Nesse sentido, fora criado o primeiro órgão federal - a Inspeção de Obras Contra as Secas /IOCS - com o objetivo de sistematizar ações de combate aos efeitos das secas.

Suas primeiras iniciativas foram voltadas para o reconhecimento científico do espaço sertanejo. Vários pesquisadores geólogos começaram a desenvolver trabalhos de campo para a Inspeção. Um dos primeiros a realizar esse trabalho foi Orville Derby, que fez estudos relacionados à seca e às condições climáticas da região e defendeu o estabelecimento de um projeto de irrigação para o Nordeste através de poços, açudes e água irrigada para transformar o sertão em uma área agrícola com condições de conviver com a seca. (CAPANEMA, 2006).

Seis anos após sua criação, a IOCS se deparou com o primeiro grande desafio: enfrentar os problemas decorrentes da primeira grande seca do século, a de 1915. Grandes obras como açudes e barragens deveriam ser desenvolvidas com os seguintes objetivos: 1) Gerar frentes de trabalho para os sertanejos vitimados pela seca; 2) transformar essas obras em reservatórios para suprir a falta de água nos períodos de longas estiagens. No entanto, os interesses pessoais e políticos sobrepuseram-se aos sociais e coletivos. Aarão Reis, diretor do órgão, centralizou as obras, eliminando a participação dos distritos estaduais nas decisões e condução dos trabalhos. Com isso surgiram os conflitos e as dúvidas em relação às intenções do governo federal e eficácia desse órgão no combate à seca (VILLA, 2001).

Em 1919, a IOCS foi renomeada, passando a se chamar Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS. O então presidente da República, Epitácio Pessoa, abriu um avultado crédito para obras contra as secas, denominado “Caixa das Secas”. A IFOCS retomou a ideia de modernizar os sertões, com a abertura de vários “canteiros de obras”. Foram também definidos os limites espaciais do que se convencionou chamar de Nordeste. Foi um período de breve

recuperação da credibilidade do órgão junto aos nordestinos e a retomada da esperança de que a solução para os problemas da seca estivesse a caminho. Esperança vã, pois os projetos não modificaram a realidade. (POMPEU SOBRINHO, 1982).

Em 1945, a IFOCS passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), dando sequência aos controversos programas de combate à seca no Nordeste. Ao final da década, esses programas foram modificados com a criação de duas agências de desenvolvimento de recursos – a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Nessa ocasião, o centro das ações contra a seca foi deslocado da parte setentrional do Nordeste para a área cortada pelo curso médio e inferior do São Francisco, passando o DNOCS para uma fase de atuação restrita. (POMPEU SOBRINHO, 1982).

As secas ocorridas na segunda metade do século XX colocaram, mais uma vez, em discussão as políticas do governo federal para o Nordeste. Acusações foram feitas ao DNOCS, destacando-o como um órgão no qual imperava a corrupção e a incapacidade de resolver os problemas relacionados à seca. Mesmo desacreditado e com uma imagem negativa, o Departamento continuou a atuar. Com o advento da seca de 1958, uma das mais severas e com um elevado número de migrações, evidenciou-se fortemente a ineficiência desse órgão. Sua imagem, junto à opinião pública, estava cada dia mais negativa. (CAMPOS; STUDART e LIMA, 1994).

Com o descrédito do DNOCS, o governo federal que, desde o final do século XIX até meados do XX, não desenvolvera nenhuma ação eficaz no Nordeste, tomou uma medida mais consistente criando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O DNOCS continuou existindo, mas passou a ser controlado pela Superintendência. O novo órgão, instituído pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (JK), em 1959, através da Lei nº 3.692, surgiu em resposta às lutas sociais representadas por movimentos populares como as Ligas Camponesas e outros. A fermentação social existente na região Nordeste estava pondo em perigo a estabilidade política do país e, simultaneamente, gerando nas elites dirigentes uma sensação de instabilidade capaz de criar dificuldades para os grupos econômicos nacionais. (SILVA FILHO, s/d.). Diante dessas tensões o governo temia perder o controle sobre os movimentos reivindicatórios no Nordeste.

Essa breve revisão nos situa na historicidade dos órgãos de combate à seca no Nordeste. No entanto, nossa análise centra-se nas políticas desenvolvidas por esses órgãos nas décadas de 1980 e 1990, período marcado atuação da SUDENE e de outros órgãos similares.

Em janeiro de 1959, o presidente Juscelino Kubitschek convocou uma reunião no Rio de Janeiro para uma tomada de posição sobre a situação do nordeste, tendo na oportunidade o economista Celso Furtado apresentado o andamento e algumas conclusões dos estudos realizados junto ao grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Na ocasião recebera a missão de elaborar o Plano de Política Econômica para o Nordeste. Obviamente o projeto dialogava com o modelo de Estado Desenvolvimentista do período, cujo papel do Estado como planejador e propulsor do desenvolvimento era central.

De 1959 a 1964, a SUDENE teve autonomia para realizar pesquisas, identificar demandas, firmar acordos com o Governo Federal e órgãos internacionais, elaborar e implementar ações políticas para o Nordeste. Ressaltam-se, entre outros, os convênios firmados com a França para implementação de projetos de irrigação no sertão do Ceará, objetivando o desenvolvimento da região. Acordos foram firmados com a Alemanha visando a garantir a assistência técnica para a agricultura no Nordeste, além de convênios com a FAO – órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, objetivando o desenvolvimento de pesquisas e experimentações no campo da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, tendo sido instalados dois projetos: o Bebedouro, em Petrolina (PE) e o Mandacaru (BA), projetos esses que serviram de base técnica para o surgimento do Programa de Irrigação do Vale do São Francisco, hoje uma das áreas mais produtivas do Nordeste. (SILVA FILHO, S/D).

Esses convênios significaram a entrada de grande quantidade de capital estrangeiro no Brasil, cuja finalidade voltou-se para o financiamento de projetos para o desenvolvimento da região, e consequente amenização dos efeitos perversos da seca. No entanto, trouxeram no seu bojo a ideologia do capital financeiro mundial, passando esta a embasar as concepções socioeconômicas, políticas e educacionais da região. O capital estrangeiro levou à criação e o fortalecimento de bancos estatais sediados no Nordeste com a participação da SUDENE no capital social.

Essa onda desenvolvimentista começou a tomar outros rumos a partir de 1964. Considerando o regime político que se instituiu no Brasil a partir desse ano, pode-se afirmar que o período de autonomia da SUDENE terminou no dia 31/03/1964, com a implantação da Ditadura Militar. Uma das principais consequências para a SUDENE foi o afastamento de Celso Furtado do cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento e Superintendente do órgão, substituído por um interventor, o General Expedito Sampaio. Medidas centralizadoras como a redução dos gastos orçamentários das instituições foram tomadas, inclusive na SUDENE, desconsiderando a especificidade da seca no Nordeste à qual o órgão deveria ter o compromisso de combatê-la.

Não obstante, outros limites formam-se impondo ao projeto de Desenvolvimento do Nordeste. A SUDENE passou para o comando das oligarquias rurais do Nordeste e a compreensão destas, nos anos 1970/80, era de que não havia separação entre os seus interesses e os interesses públicos. Assim, as classes trabalhadoras temiam pelo futuro do órgão após a saída do professor Celso Furtado da direção da instituição. Muitas deformações nas políticas do órgão ocorreram, não apenas pela interferência dos latifundiários junto aos governos militares, mas também porque muitos usineiros, em dificuldade financeira, pleiteavam subsídios da SUDENE para a recuperação de seus negócios.

O retorno do Brasil às instituições democráticas, a partir de 1985, não significou grandes transformações no gerenciamento das políticas públicas brasileiras. A transição democrática não eliminou as velhas práticas que perduraram pelas décadas subsequentes. Durante as gestões dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a imprensa denunciou velhas práticas como a falta de limites claros entre os interesses públicos e privados, a má gestão dos recursos, a ineficiência das políticas destinadas ao Nordeste. Uma onda de corrupção foi denunciada na SUDENE e também na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instituída para apurar tais denúncias, mas, antes mesmo destas serem concluídas, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), mediante a Medida Provisória (MP) nº 2.145/2001, extinguiu as duas Superintendências, substituindo-as por instituições regionais de desenvolvimento. No caso da SUDENE, sua substituta foi Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). (SILVA FILHO, S/D).

A extinção da SUDENE causou desarticulação política, institucional e técnica e a paralisação de projetos em andamento. Superado o impacto da MP, os estados nordestinos começaram a reagir contra a extinção do órgão, mas suas representações políticas não dispunham de forças suficientes para impor-se frente ao governo central. O fortalecimento da luta veio com o apoio de segmentos organizados da sociedade e Movimentos sociais como o Movimento Acorda Nordeste (MANO) e outros, iniciadores de um ciclo de debates e movimentações políticas ressaltando a importância da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste.

Em julho de 2003, houve uma reunião em Fortaleza com a presença dos governadores do Nordeste e o economista Celso Furtado. Na ocasião, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assinou um Projeto de Lei Complementar propondo a recriação da SUDENE. No entanto, o referido projeto, reflexo dos anseios do povo nordestino, não foi aprovado integralmente pelo Presidente, nove importantes itens foram vetados deixando a SUDENE recriada frágil, não somente em termos institucionais, mas também no tocante ao gerenciamento de recursos financeiros.

Foi no seu momento de maior fragilidade, devido às suas práticas clientelistas, que a SUDENE precisou, juntamente com o DNOCS, implementar ações de combate às secas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990. Nesses órgãos era prática comum as elites políticas se utilizarem dos recursos públicos em benefício próprio, de seus familiares ou com fins eleitoreiros. No decorrer dos anos 1980, a estiagem prolongou-se de 1980 a 1984; enquanto na década de 1990, praticamente não choveu nos anos de 1993, 1997, 1998 e 1999. No decorrer dessas duas décadas, cerca de dez milhões de pessoas, em 1.209 municípios nordestinos, foram atingidas pela falta de chuvas. Devido à burocracia e práticas clientelistas, os órgãos de combate à seca retardaram o atendimento à população faminta, esta reagiu das mais diversas formas. (SILVA FILHO, s/d).

Dentre as reações esboçadas pelas vítimas da seca os saques foram as mais comuns, por sinal saquear casas comerciais em períodos de estiagem é uma prática bastante antiga no Nordeste. As narrativas sobre o flagelo da seca dão conta de que homens e mulheres famintos invadem estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, de onde carregam tudo que possa ser usado para sua alimentação e de sua família. Desse modo, mesmo sendo considerado uma prática ilegal, é comum na região às autoridades serem tolerantes com os saqueadores, considerando a motivação do mesmo, a fome. Nas décadas de 1980 e 1990, os saques ganharam maior visibilidade na imprensa por contar com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e até de lideranças políticas que motivavam a ação para pressionar os governantes a tomarem providências urgentes. (REVISTA VEJA, 06/05/1998).

Nas décadas supracitadas, a seca tornou-se tema corriqueiro na imprensa brasileira. Mazelas como a fome, o flagelo e os saques, causaram sensacionalismos, revoltas e indignações, ao mesmo tempo em que proporcionavam a visibilidade pública do problema. Uma revista de grande circulação nacional noticiou saques realizados, não em estabelecimentos comerciais privados, mas em um depósito que armazenava alimentos de programas do Governo Federal. Em Afogados da Ingazeira, interior de Pernambuco, saques foram realizados com a conivência das lideranças políticas locais. Sobre o fato a imprensa noticiou:

O pedreiro Antônio Morato da Silva, 33 anos, pai de quatro filhos, às seis horas da manhã do dia 16 de abril de 1998, junto com mais 500 pessoas, foi até o armazém onde estavam estocados os alimentos da Comunidade Solidária e fez um saque. Levou para casa 25 quilos de arroz e quase 50 quilos de macarrão". (PESSOA, 06-05-1998, p.29).

Ao tomar conhecimento do apoio das lideranças políticas aos saques, o presidente FHC, no exercício de seu primeiro mandato, atacou: "é irresponsável que líderes políticos incitem o saque. É demagogia e a pior demagogia é a demagogia contra o pobre". (PESSOA, 1998, p.29).

Esse mesmo veículo de comunicação fez referência aos sertanejos famintos, que não estando dispostos a aderir ao movimento saqueador, buscaram outras alternativas para alimentar a família.

Em Tabira, Sertão de Pernambuco, Maria do Carmo da Silva, 47 anos, mãe de cinco filhos, corta palma⁴ para comer. Na declaração para a imprensa afirma: "Raspei os espinhos, passei em seis águas para tirar a baba verde e cozinhei com sal. Todo mundo fez cara feia, mas pelo menos ficou de barriga cheia". (PESSOA, 1998, p.31).

Alimentar-se de forma inadequada, consumindo mantimentos destinados aos animais, pode não causar desnutrição devido ao alto teor de nutrientes contidos em vegetais como a palma, mas fere a dignidade dos seres humanos, por tornar pública sua situação de fome, flagelo e degradação moral.

Josué de Castro, ao refletir sobre a problemática da fome, faz o seguinte questionamento:

Será a calamidade da fome um fenômeno natural inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem? Eis o delicado e perigoso assunto debatido nesse livro. [...] tão delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais que até quase os nossos dias permaneceu como um dos tabus da nossa civilização – uma espécie de tema proibido ou pouco aconselhável para ser abordado publicamente. (CASTRO, 1965, p. 45).

Por tratar-se de um fenômeno decorrente de situações políticas, responsabilidades sociais, capacidades administrativas e equidade, a fome encobriu-se por uma série de proibições e tabus. Fala-se pouco sobre ela, é vergonhoso admitir que se passe fome, principalmente diante da imprensa. Aqueles que sofrem com a fome, às vezes, sentem-se responsáveis por ela, por julgarem-se incapazes de produzir seu próprio sustento. As políticas governamentais apresentam-lhes como "ajuda" da qual o sertanejo faminto deve envergonha-se. O Cantor Luiz

⁴ *Opuntia ficus* é uma espécie de cacto. Planta comum em regiões semiáridas, possui alto teor de fibras, vitamina A e ferro. Utilizada no sertão para alimentação de animais.

Gonzaga traduz, em versos, esse sentimento: “Mas doutor uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão⁵”.

Diante da vergonha em viver de “esmolas”, muitos nordestinos migram para outras regiões do país, onde possam trabalhar e garantir o sustento de sua família. Permanecer no seu lugar e aceitar as migalhas que lhes são oferecidas em forma de políticas alimentares é “uma declaração de incapacidade para o trabalho” (VIEIRA, 1999, p. 239) e mostra a sua indignação ao ser esmolado quando tem capacidade para trabalhar. Enquanto isso, os órgãos governamentais, que deveriam solucionar definitivamente o problema da fome, causada pela seca, seguem apontando soluções paliativas, distribuindo migalhas e fazendo prosperar uma verdadeira “indústria da seca”.

Miséria para uns, fortuna para outros. É assim que prospera a “indústria da seca” no Nordeste. Nos períodos de longas estiagens, um pequeno grupo de privilegiados enriquece por meio da apropriação indevida de recursos que deveriam ser aplicados no combate aos efeitos da estiagem. Além do país ainda não ter resolvido problemas tão antigos, como os males gerados pela seca, ainda há os que lucram com essa situação, fazendo dessa “indústria” uma atividade bastante lucrativa. Rende dinheiro para as contas bancárias de uma pequena elite, rende votos para alguns políticos nas eleições, enquanto provoca miséria e morte para o povo.

O longo período de seca ocorrido nas décadas de 1990, assim como na anterior, provocou grande fome na população. Boa parte dos recursos que deveriam amenizar essa situação, foram sucumbidos pela “indústria da seca”. Entre sensacionalismos e exageros, a imprensa brasileira promoveu denúncias, envolvendo empresários e políticos brasileiros.

O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - o DNOCS, estava perfurando três poços nas terras do deputado Inocêncio Oliveira, do PFL Pernambuco, presidente da Câmara Federal. [...] Um comerciante de Arcoverde (PE), Antônio Cláudio Rodrigues, consultou o DNOCS querendo saber como um amigo seu de Serra Talhada deveria fazer para que o referido órgão lhe cavasse um poço e obteve a seguinte resposta: ‘olha, se ele tiver uma carta do deputado Inocêncio Oliveira, o negócio se resolve facilmente’. Isso é apenas uma pequena amostra de como funciona a ‘indústria da seca’ dentro de uma estrutura a princípio montada para combatê-la. (BOSCO, 21-04-1993, pp. 24-25).

Conforme relatos da imprensa, boa parte dos recursos destinados ao combate à seca beneficiou empresários e políticos. Ao povo, restaram as migalhas. Durante a década de 1990, trabalhadores rurais foram registrados em “frentes de serviços” para construir açudes, estradas e cercar terras em propriedades particulares, em troca de um salário (ou esmola) que não era suficiente para saciar a fome de sua família. Após a realização das obras, com as quais os proprietários não gastaram nenhum centavo, estes acabaram por proibir esses mesmos trabalhadores de retirar lenha, pescar, usar a água do açude, ou até mesmo circular dentro da propriedade, restando-lhes apenas a obrigação de votar em candidatos indicados pelos proprietários da terra.

⁵ Vozes da Seca, Zé Dantas / Luís Gonzaga, 1953.

Compreendemos, assim, que ações dos órgãos estatais que culminam na denominada “indústria da seca”, manifestam-se de diversas maneiras e da forma mais sorradeira possível. Segundo Darcy Ribeiro,

a ‘indústria da seca’ é facilmente simulável numa enorme área de baixa pluviosidade natural, quando para isso se associam os políticos, que, dessa forma, encontram modos de servir sua clientela, os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro e os grandes criadores pleiteantes de novos açudes, valorizadores de suas terras e que nada lhe custam. (RIBEIRO, 1998, p. 349).

Essas práticas, presentes nas ações de combate à seca, contrariam o discurso oficial segundo o qual a política de construção de açudes para combate à seca, beneficiando a agricultura familiar. As terras irrigáveis estão sempre nas mãos de grandes proprietários, inviabilizando qualquer possibilidade do agricultor sem-terra, ou pequeno proprietário, progredir economicamente. Permanecendo estes sempre na dependência dos programas emergenciais, ou de “favores” dos políticos.

É fato que órgãos estatais como a SUDENE e o DNOCS, apesar da importância que têm na organização da economia e integração regional, são ineficientes na condução de políticas consistentes de armazenamento de água, preservação do solo, democratização da propriedade da terra e incentivo à agricultura familiar. A política de combate à seca e seus efeitos precisa ancorar-se em ações mais contundentes, como o desmonte da velha ordem social, na qual prevalece a concentração de propriedades, a dominação política e favoritismo e apadrinhamento que culminam na “indústria da seca” e em antigas práticas patrimonialistas e clientelistas que “no senso corrente são peculiares ao maior e mais antigo abrigo de *excluídos* do país, o sertão do Nordeste brasileiro.” (DOMINGOS, 2000, p. 15).

Para Sulamita Vieira,

a indústria da seca” a partir de práticas políticas as mais diversas, profundamente marcada pela corrupção, pelo autoritarismo, os poderes políticos e econômicos se entrelaçam, favorecendo assim a criação de mecanismos de enriquecimento ilícito de alguns indivíduos, em detrimento dos camponeses aqueles que sofrem mais diretamente com as consequências das estiagem(VIEIRA, 1999, p.206).

Não obstante, os recursos destinados às obras de estiagem quase sempre são desperdiçados, já que essas não cumprem sua função, pois raramente são concluídas. No sertão, vários poços, açudes e barragens são abandonados em processo de conclusão, com a desativação das “frentes de serviço”, logo após o retorno do período chuvoso.

Enquanto os órgãos governamentais brasileiros não são capazes de instituir uma política consistente e permanente de combate à seca no Nordeste, os sertanejos vão perdendo não só sua plantação e seus animais por falta de chuva, mas também sua esperança na política como um meio de organizar a sociedade e resolver os problemas da população. Não há vontade política para isso, já que a miséria do povo sempre serviu de moeda de troca em períodos eleitorais.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram longos períodos de seca, flagelo e fome, os quais suscitaram ações dos órgãos públicos como a SUDENE e o DNOCS. Tais ações deram vazão às práticas denominadas “indústria da seca”. Essas se manifestaram de forma desvelada, deixando claro que as ações de combate à seca favoreciam cada vez mais o enriquecimento das elites em detrimento da resolução dos problemas da população. A partir de meados da década de

1990, com a implementação das políticas de geração de renda, cujo objetivo consiste em melhorar as condições da população que vive em situação de extrema pobreza, os sertanejos nordestinos passaram a depender menos das ações desses órgãos. No entanto, grande parte dos problemas relacionados à estiagem, ainda não foram resolvidas por aqui.

Considerações

As temáticas desenvolvidas neste trabalho são tão complexas que jamais conseguiríamos abordá-las em profundidade em um trabalho desta natureza. O fenômeno e seus desdobramentos, como flagelo e fome, não podem ser tratados simplesmente como ausências periódicas de chuvas, mas com um conjunto de relações econômicas, sociais e políticas que envolvem práticas de poder, dominação, clientelismo e corrupção.

A busca por uma literatura sobre as secas levou-nos à percepção do quanto esse fenômeno é antigo no Nordeste e como seus efeitos sobre a população foram e continuam sendo letais. Desde os primeiros registros realizados sobre a seca, no século XVI, tem-se notícia das mazelas provocadas sobre a população, como a migração, a fome, a desnutrição, migração e a morte.

A seca tornou-se objeto de uso político desde a instituição das primeiras ações desenvolvidas com a finalidade de combatê-la. A fome sempre fora razão para que os poderosos pudessem manter a população sob seus domínios e exploração, em forma de escravidão ou semiescravidão, em troca de migalhas de comida.

Os “ruídos” provocados pelos movimentos abolicionistas e republicanos do final do século XIX surtiram efeitos positivos. A esses se juntaram as “vozes da seca” e, em resposta, o poder público sinalizou, no início do século XX, com a implantação do primeiro órgão estatal – IOCS – encarregado de apontar soluções para os problemas ocasionados pela estiagem. Essa iniciativa governamental simbolizou o reconhecimento, por parte do governo central, da existência de um problema tão antigo quanto a própria presença da população nessa região, o qual não poderia mais ser ignorado pelas autoridades políticas.

As ações fragmentadas, a falta de transparência no uso dos recursos e a intervenção das elites políticas na administração da IOCS, no sentido de obter vantagens financeiras e eleitoreiras, culminaram com o desvio de finalidade do órgão que pouco, ou quase nada, realizou para amenizar os efeitos da seca sobre a população. Posteriormente, a IOCS foi renomeada para IFOCS e depois DNOCS, permanecendo com a mesma função, atender às necessidades e urgências aos problemas relacionados ao clima no Nordeste.

A SUDENE, criada em 1959, constitui um importante órgão de estruturação econômica e integração regional, tem como objetivo propor diretrizes para o desenvolvimento do nordeste, elaborar projeto para a região, firmar convênios e coordenar programas de assistência técnica. No entanto, estudos falham no seu propósito em relação ao nordeste. Nos períodos mais críticos de seca as ações da SUDENE, assim como do DNOCS, foram insuficientes para superar o desemprego estrutural e promover o desenvolvimento econômico. Por outro lado, as velhas práticas

clientelistas e patrimonialistas levaram ao estabelecimento de práticas corruptas como a “indústria da seca”, via utilização dos recursos destinados o desenvolvimento do nordeste para fins particulares e eleitoreiros.

Diante disso, esta pesquisa conclui que o Estado, por meio de seus órgãos e políticas de combate à seca, são historicamente patrimonialistas e clientelistas, o que dificulta a solução dos problemas do nordeste e favorece o surgimento de práticas corruptas.

Referências:

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BOSCO, Silvana Dal. Os que vivem da seca. *Revista Veja*, p. 24-29, abril de 1993.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978.
- CASTRO Josué de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*, v. I. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CAMPOS, J.N.B.; STUDART, T.M.C.; LIMA, H.C. *Secas no Nordeste Brasileiro diante de um Cenário de Mudanças Climáticas*. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Anais do II Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Fortaleza, Ceará. v.1. p.20, 1994.
- CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *Estudos sobre as secas – Escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. *Desertificação, degradação da terra e seca no semiárido Brasileiro*. Brasília: Brasil, 2016.
- COSTA, Milene Ribas da. *A SUDENE: trajetória do planejamento regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2016.
- DOMINGOS, Manoel. "Coronéis", *Clientes e Excluídos no Nordeste Brasileiro*. Fortaleza: UFC, 2000.
- JULIÃO, Francisco. *ABC do Camponês*. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 193-196.
- NEVES, F. DE C. *O Nordeste e a historiografia brasileira*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 6, n. 10, p. 6-24, 31 de out. de 2012.
- PESSOA, Ana et al. *Onde estão dos famintos*. *Revista Veja*, p. 28-33, maio de 2006.
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *A História das secas (século XX)*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro - A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA FILHO, Leonides Alves da. *SUDENE: 50 anos - Uma abordagem política, institucional e administrativa*. 2012. Disponível em: <http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf>. Acesso em 20/03/2018.
- STUDART, Guilherme (barão de). *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará: memória apresentada no 4º Congresso Médico Latino-americano do Rio de Janeiro*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1909.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome: cenas da seca do Ceará*. São Paulo: Tordesilhas, 2011.
- VIEIRA, Sulamita. *O sertão em movimento: dinâmica da produção cultural*. São Paulo: Annablume, 2000.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

Submissão: 14/05/2020

Aceite: 15/06/2020